

# Pactu

CUT Brasil

CNB Brasil

fetec/PR

ANO VII - Nº 72  
Abril 2003

Jornal destinado aos trabalhadores em bancos, produzido e custeado pelos sindicatos dos bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava

Assédio moral  
no HSBC e  
problemas no  
Itaú em debate  
*Página 2*

## CAMPANHA

Caixa e BB,  
Real e Unibanco  
*Página 3*

CPIs do  
Banestado  
e da Copel  
*Página 6*

Imposto Sindical  
É ruim e  
compulsório  
*Página 7*

Cooperativa de  
crédito é banco?  
*Página 8*



**Por que é  
necessário  
reformar o  
sistema  
financeiro?**

**E o Banco Central,  
é melhor autônomo  
ou independente?**

**Páginas 4 e 5**

# Assédio moral no HSBC

Nos últimos 30 dias, os sindicatos do Pactu têm recebido denúncias anônimas sobre a pressão para o cumprimento de metas, que vem ocorrendo dentro das agências do HSBC. Há informações sobre um gerente regional que vem inferizando as administrações de diversas agências na base do Pactu. Algumas administrações assimilam o discurso do regional e vão para cima dos seus subordinados, com a mesma truculência. Ambos estão esquecendo de que isto caracteriza crime, por assédio moral. Desconhecem ainda que há di-

versos casos de demissões de gerentes por causa do assédio moral. Não sabem também que é fácil denunciá-los por tal crime. Basta uma testemunha ocular, um documento mal escrito ou até mesmo a gravação de um telefonema. Essa pressão, exercida aos gritos e à base de chantagem, da humilhação junto aos colegas pela classificação na produção, inclusive com ameaça de demissão, é classificada como crime pela lei brasileira. A lei se justifica pelo fato de que a

vítima pode adquirir transtornos mentais e incapacidade técnica, entre outras doenças.

Além do assédio moral, há denúncias também de dois tipos de transferências. Na transferência boa, o HSBC arca com as des-

pesas da mudança e paga um abono para o transferido. Há denúncias de valores que chegam a 16 mil reais. Na transferência ruim, o banco exige que o bancário faça uma carta pedindo sua transferência, o que desobriga o banco

das despesas com mudanças e do pagamento do abono. Os sindicatos do Pactu estão tomando as providências necessárias, que vão desde visitas às agências denunciadas à remessa das denúncias à Fetec e ao RH do banco.



ASSÉDIO MORAL: além das medidas judiciais, os sindicatos planejam manifestações

## PACTU

### Expediente

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactu

#### CONSELHO EDITORIAL

##### Paranavai:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402  
E-mail: seebpvai@ibest.com.br

##### Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492  
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

##### Toledo:

Lucia B. Vogt/Fone (45) 252-1851  
E-mail: sbtr@uol.com.br

##### Umuarama/Assis

##### Chateaubriand:

Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979  
E-mail: seebumu@uol.com.br

##### Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371  
E-mail: seebgpva@birturbo.com.br

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes

Tiragem: 2.800 exemplares

## Sindicatos do Sul discutem Itaú

Dezenas de dirigentes sindicais, funcionários do Grupo Itaú (Banerj, Banestado, BEG e Itaú), dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estiveram reunidos num seminário, nos dias 12 e 13 de abril, em Florianópolis, para discutirem os diversos problemas vividos pelos bancários do Itaú. Entre os principais estão: a pressão pela transferência dos detentores do fundo de previdência PAC (Plano de Aposentadoria Complementar) para o plano de previdência PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre).

Se o PAC já era ruim, o PGBL é ainda pior. No primeiro ainda há possibilidade dos empregados participarem nos conselhos deliberativo e fiscal, conforme reza a lei nº 109, que regula a Previdência Complementar. O segundo nem isso tem. É um plano de contribuição definida, não prevê gestão participativa, favorece os maiores salários, não tem o benefício de risco e tem uma tábua atuarial conservadora. Em ambos não há resgate caso o funcionário seja demitido. O seminário trouxe também dos problemas relacionados aos planos de

saúde do Grupo Itaú. Hoje existem mais de 200 contratos com 80 empresas diferentes. O Itaú pretende reduzir para o menor número possível. Além disso, há o problema da contribuição ao plano dos aposentados.

O seminário discutiu também a continuidade das demissões que vêm ocorrendo no banco Itaú. E, nesse sentido, uma das decisões do seminário foi dar início à campanha "Setúbal, o Exterminador de Empregos", que pretende acabar com as demissões no Itaú.

A campanha vai envolver o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, além das costumeiras e eficazes manifestações, paralisações e distribuição de jornais a clientes e usuários, denunciando a insensibilidade de um banco que no ano passado lucrou R\$ 2,377 bilhões e, mesmo assim, não se sensibiliza com o desemprego no país.

Os sindicatos do Pactu estiveram representados pelos dirigentes Neil Emídio Junior, de Paranavai; João Carlos, de Toledo, e Luiz Carlos Carneiro, de Umuarama.

**Campanha aponta Setúbal como o "Exterminador de Empregos"**

# Negociações na Caixa e no BB

Finalmente, depois de muitos anos, o jornal Pactu pode anunciar que está havendo um processo de negociação entre a diretoria da Caixa e o movimento sindical, e já com alguns avanços. Na reunião de negociação realizada no dia 09 de abril, as entidades sindicais presentes, CNB e Comissão dos Funcionários, conseguiram revogar a RH-008, normativa que permitia a demissão de empregados sem justa causa. A direção da empresa afirmou que a RH 008 gerou problemas graves e reconheceu o equívoco. Outros temas foram debatidos como:

**Saúde:** a caixa concorda com a formação de grupos de trabalho para discutir os programas de assistência médica, de readaptação ao trabalho e das licenças médicas.

**PRX:** os sindicatos defendem a aplicação da Convenção Coletiva Nacional da categoria bancária, que prevê critérios para a distribuição dos lucros.

A Caixa alegou que não possui proposta definida sobre o tema. Demissão em estágio probatório: A CNB/CUT não aceita que a avaliação seja feita só por uma pessoa, e defende que o avaliado tenha direito de defesa. A empresa propõe fazer curso de integração ao novo empregado e haverá duas avaliações no período probatório.

Negociação permanente: foi reafirmado o princípio da negociação permanente. Os temas como a revisão do PCS (Plano de Cargos e Salários) a discriminação aos técnicos bancários, terceirização e avaliadores de penhor serão discutidos nas próximas negociações.

## Banco do Brasil

No Banco do Brasil, infelizmente, continuamos a ter problemas. O BB, alegando não ter propostas prontas para apresentar sobre as reivindicações feitas pelos sindicatos, cancelou duas reuniões. Os Sindicatos reivindicam negociação e assinatura de acordo definitivo da PLR, nos moldes da Convenção da Fenaban. Solicitaram também ao banco, a suspensão temporária das comissões de Conciliações Prévias).

A iniciativa se deu por que o banco usava as CCPs de sindicatos da Contec para fazer conciliações de bancários lotados em base de sindicatos da CUT. Além disso, faziam conciliações antes das homologações das rescisões.

Os sindicatos trabalham para que o banco elabore um calendário de reuniões, face ao grande número de problemas não resolvidos herdados de gestões anteriores. No próximo dia 24 de abril, haverá negociação.

Os sindicatos vão priorizar as discussões do programa de PLR e as CCPs. Nas próximas negocia-

ções serão abordados a melhora nas relações de trabalho, o fim do trabalho gratuito; a revisão de dotação e contratação de novos funcionários; a instalação de ponto eletrônico para comissionados; o combate às fraudes no ponto eletrônico; e limitação do número de estagiários; a isonomia de tratamento; igualdade de direitos entre novos e antigos funcionários; apresentação do funcionalismo; restabelecimento dos delegados sindicais; fim da terceirização e negociação de um programa que recupere as perdas salariais dos últimos anos.



No governo anterior, os sindicatos do Pactu se destacaram pelas inúmeras manifestações contra o desmonte eo arrocho na Caixa e no BB

# Negociação no ABN Amro Real

Os Sindicatos da CUT, através da CNB, e da Comissão de Organização dos Empregados do ABN Amro Real, estiveram negociando com a diretoria do banco no último dia 04 de abril. Na pauta os sindicatos trataram de assuntos relacionados à terceirização dos serviços, doenças ocupacionais, PPR e principalmente do projeto de segmentação. Este, no momento sendo aplicado em São Paulo e região metropolitana de Belo Horizonte, tem como objetivo o enquadramento dos clientes em quatro grupos (A, B, Especial e Premium). Este tipo de enquadramento é normal nas empresas. Anormal foi a sobrecarga de serviços para os Assistentes de Vendas, que além das tarefas rotineiras como retaguarda dos Caixas, serão responsáveis pelos clientes do grupo B, onde estão a maioria dos clientes do projeto. Com um agravante, os assistentes têm salário quase igual o dos Caixas e trabalham 8 horas diárias. Além disso, eles não têm procuração do banco e não têm funcionários subordinados a eles, condições exigidas pela CLT para serem enquadrados como comissionados. Na visão do movimento sindical, esse projeto do ABN Amro Real, flexibiliza a jornada de 6 horas, cria diversos problemas de saúde, precarizar o atendimento e vai aumentar seu passivo trabalhista. Os Sindicatos tem trabalhado junto ao banco para um reenquadramento da função, com sua devida remuneração, inclusive na remuneração variável onde há um diferencial mensal de 75% a menos do que recebe um gerente com responsabilidades bem parecidas.

## Unibanco chama para negociação. Sindicatos esperam seriedade



O Unibanco convocou a Comissão de Organização dos Empregados -COE-, para apresentar o novo diretor da área de Relações do Trabalho, Marcos Próspero, e seu superintendente Marinho Roberto. A reunião será no próximo dia 29, no edifício do Unibanco G5. A dirigente sindical Maria Izabel Meneses, membro da COE, disse que a Comissão vai aproveitar a oportunidade para apresentar antigos problemas com o banco que nunca tiveram solução. "Nós sempre cobramos do Unibanco uma solução para os nossos problemas, como as demissões, o plano de saúde, a saúde ocupacional e as horas extras. Eles nunca se posicionaram, nem para nos dar um sonoro não. Sempre a diretoria de Relações do Trabalho justificou que não tem poderes de decisão. Agora esperamos que as coisas mudem", disse. Izabel explicou que a expectativa dos bancários é que os novos diretores do Unibanco encontrem respostas para estes problemas. "Nós só queremos seriedade. Que as pessoas que vão assumir agora tenham poder de decisão", comentou. Antes da reunião com o banco, no período da manhã do dia 29, os membros da COE vão se reunir em preparação para o encontro. No dia seguinte, 30, os bancários se reunirão novamente, às 10h, para avaliar a negociação e discutir propostas de campanha no Unibanco.

## Fetec e sindicatos questionam demissões do Banestado

Os sindicatos dos bancários da CUT do Paraná, junto com a Fetec, estão encaminhando, através do Ministério Público do Trabalho do Paraná, uma ação visando a reintegração dos bancários do Banestado, que foram demitidos sem justa causa e que não foram desligados através de PDVs. A assessoria jurídica da Fetec vê a possibilidade de readmissão, uma vez que os bancários do Banestado eram admitidos através de concurso público. No Paraná e Santa Catarina, trabalhadores demitidos da Rede Ferroviária Federal (privatizada), foram beneficiados por ação de reintegração, movida pelo Ministério Público, que teve ganho de causa em primeira instância. São ações em que cabem diversos recursos e que podem dura até dez anos. Os demitidos não precisam tomar nenhuma providência, a não ser aguardarem pacientemente o resultado e torcerem para que os Tribunais façam justiça. Os sindicatos estarão acompanhando o processo e notificarão sempre que houver novidades.

# Por que a reforma do sistema

## SOBRA LUCRO...

Um levantamento feito pela empresa ABM Consulting comprovou o que os dez maiores bancos privados do Brasil quase triplicaram seus lucros durante o governo FHC.

No período de oito anos, o grupo de bancos analisados, composto por Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, BCN, Mercantil de São Paulo, Safra, Citibank, BankBoston e BBA, obteve lucro líquido de R\$ 41 bilhões. Mas isto não quer dizer que os demais bancos deixaram de faturar alto. Se não bastassem os altos lucros obtidos, no governo FHC os bancos também tiveram reduzido o percentual de recolhimento do Imposto de Renda. De acordo com a ABM Consulting, o total de IR recolhido pelos bancos caiu de R\$ 2,6 bilhões, em 1994, para R\$ 1,29 bilhões no ano de 2001.

Enquanto isso, milhares de bancários perderam o emprego e a dívida pública interna brasileira subiu para 55% do PIB. Observou-se que nos últimos oito anos foi muito grande o número de

falências de empresas, principalmente as de micro e pequeno porte, ao passo em que a agricultura familiar perdeu espaço no campo.

Levantamento feito pelo MST revela que só nos últimos anos 400 mil famílias de pequenos produtores abandonaram a agricultura. O aumento do desemprego é o mais grave dos problemas sociais, que incluem também falta de moradias populares e infra-estrutura básica (como saneamento, por exemplo) na maioria das cidades.

A conclusão é simples: o Brasil possui um sistema financeiro moderno e sofisticado, mas incapaz de cumprir a função de alavancar os créditos industriais, agrícolas e habitacionais, estimulando o investimento e a geração de empregos. Essa constatação, por si só, já justifica uma ampla e urgente reforma do sistema financeiro, impondo limites à ganância dos banqueiros. Mas essa reforma vai mesmo conseguir corrigir todas as distorções existentes?



Wilson de Souza/Sob/Imagem

O poderio do setor financeiro sobe cada vez mais, mas a preocupação dos bancos com o desenvolvimento econômico e social do país é quase inexistente. Uma boa reforma pode mudar essa realidade

## ...FALTA CRÉDITO

O artigo 192 da Constituição prevê que o sistema financeiro "está subordinado ao desenvolvimento da sociedade". Ou seja, deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país. Mas até hoje o Congresso Nacional não aprovou lei complementar regulamentando o artigo. Renomados economistas, como César Benjamin (autor do livro *A Opção Brasileira* e membro da coordenação nacional do Movimento Consulta Popular), afirmam que um dos grandes problemas do Brasil hoje é a reduzida oferta de crédito e de financiamento para as empresas e as pessoas, o que dificulta o desenvolvimento do setor produtivo e dá contribuição decisiva para perpetuar a desigualdade de renda e a exclusão social. Mas nem precisa ser economista pra perceber que o principal entrave à expansão do crédito é a posição dos bancos privados, principais beneficiários da política de endividamento do setor público, sócios dos juros altos, oligopólio capaz de se defender e lucrar sempre, em qualquer situação.

## Podia ser me

Entre os bancos que mais faturaram no ano passado estão o Itaú, o Bradesco e o Unibanco. O Itaú lucrou R\$ 2.377 bilhões, o Bradesco R\$ 2.022 bilhões, e o Unibanco R\$ 1.010 bilhão. Mas a política de incentivo desses três bancos ao setor produtivo deixa a desejar. Principalmente em se tratando do Itaú, que foi um dos bancos que mais demitiram funcionários nos últimos meses, notadamente após a compra do Banestado. Em que pese os problemas enfrentados, ainda são os bancos públicos os principais financiadores do setor produtivo nacional. O Banco do Brasil, por exemplo, teve um lucro de R\$ 2.027 bilhões em 2002. Mas no mesmo período alocou R\$ 1,8 bilhão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. O BB também contrata, com recursos do FAT, operações através do Programa de Geração de Emprego e Renda, o Proger, nas modalidades urbano e rural.

Já a Caixa Econômica Federal, que lucrou R\$ 1.081 bilhão no ano passado, desenvolve programas voltados aos setores da construção, saneamento e habitação, além de oferecer crédito direto ao trabalhador, como o Seguro-Desemprego, FGTS, PIS. O BNDS é outro banco público que atua como importante agente financiador do setor produtivo. É bom lembrar que as linhas de crédito dos programas atendem a micros e pequenas empresas, cooperativas, trabalhadores do setor rural e trabalhadores rurais. E só para lembrar que, nos últimos anos, esses bancos têm se esforçado para ficar melhor ainda, é preciso que não apenas os bancos públicos, mas também os privados, cumpram sua função institucional de ajudar a desenvolver o país economicamente e socialmente.

## O pr

No início da década de 1990, a Constituição foi aprovada, na Constituição de 1988, a reforma da estrutura dos projetos, a proposta de intenção de facilitar o mercado no processo. No último dia 15, o documento foi aprovado e a Reforma das prioridades alertou para o envolvimento do setor produtivo e destacou a importância para o setor agrícola. A reforma deve ter

# o sistema financeiro é necessária?

## primeiro passo

O governo conseguiu a aprovação dos Deputados, da emenda que permite a regulamentação do sistema financeiro. Isto significa que o projeto será dividido em várias etapas distintas. Uma das prioridades do governo, além da polêmica autonomia ao Banco Central, é o crédito para o micro e o pequeno do campo e da cidade. Em abril, o governo Lula divulgou o projeto intitulado "Política Econômica Estruturais", onde reafirma a necessidade de ampliar o crédito produtivo (comércio, indústria e serviços) e também citou que o Banco Central tem autonomia na gestão da política monetária.

## Banco Central autônomo. É melhor?

Existem três modelos de Banco Central: o de submissão, em que o BC só faz o que o governo quer; o independente, como nos Estados Unidos, que recebe metas e opera a política de câmbio e de juros sem nenhuma interferência do governo, e o autônomo, ajustado à política macroeconômica do governo, mas com alguma estabilidade e autonomia operacional e sob controle da sociedade. Para muitos, o modelo em vigor no Brasil é o de submissão, que precisa ser alterado, porque não serve à economia brasileira, é autoritário e antipopular. O Copom (que, entre outras funções, define a taxa de juros) é nomeado por circular. Não existe nem lei ordinária.

Mudar essa situação tem sido apontado como prioridade legislativa imediata do governo Lula. Vale lembrar que a autonomia do BC é posição histórica do PT. Foi uma tese defendida pelo partido durante a Constituição de 1998 e em todos os projetos de regulamentação que apresentou ou apoiou.

O Banco Central é quem define as regras de operação do sistema financeiro, gerencia as dívidas externa e interna,

cuida das reservas internacionais, fixa a taxa de juros e cuida da política de câmbio, entre outras responsabilidades. Por isto, muitos acham perigoso dar independência à instituição.

O ministro Antonio Palocci explica que a proposta do governo não é essa. A intenção é tornar o BC autônomo na execução da política monetária, mas com regras determinadas pelo governo. Além disso, seus diretores teriam que prestar contas ao Congresso e à sociedade.

**VISÃO DA CNB-CUT** – Entre os diversos setores da sociedade que são contra dar independência ao Banco Central, está a CNB-CUT, para quem a reforma do sistema financeiro deve rever obrigatoriedades para os bancos e medida de controle democrático pelos diversos setores da sociedade civil. Isso inclui também o BC. Por este ponto de vista, a proposta do governo não é ruim. Mas a CNB-CUT, assim como muitos deputados, inclusive da base governista, considera imprescindível debater a questão com os diversos segmentos representativos da sociedade.

## hor!

com lucro  
ca-se pelos  
civil, sa-  
e exerce  
ngamen-  
EP e outros.  
ômio impor-  
cional.  
d os desses  
empreende-  
informal da  
melhor por  
sofreram  
or. Mas, pra  
as os bancos  
papel cons-  
ômico e

**FINASA - É o que vai sobrar, pelo peso da marca comercial, do Grupo Mercantil, que foi "engolido" pelo Bradesco, o maior ativo do sistema financeiro brasileiro. Quantos bancos ficarão no Brasil?**



Wilson de Souza/Seeb/Umagama

## CNB-CUT prepara projeto

O diretor de Finanças da CNB-CUT, Carlos Cordeiro, disse que a regulamentação por partes não é o que a entidade gostaria. Ele disse ainda que é um equívoco pensar que a regulamentação do sistema financeiro se resume à autonomia ou à independência do Banco Central. Em março último, a

encaminhar ao Congresso Nacional. Nesse projeto, a CNB-CUT enfoca, principalmente, o papel do crédito, que considera o principal caminho para o desenvolvimento econômico e cultural do país.

O projeto prevê também o controle democrático sobre as atividades do sistema financeiro (o que significa ter um Banco Central autônomo, e não independente), a regulamentação do atendimento bancário, as tarifas e os planos de previdência complementar, entre outros temas.

**A CNB-CUT vai discutir a questão com os vários segmentos da sociedade**

## Depois do Iraque, quem será a próxima vítima?

Em todo o mundo, é cada dia maior o número de pessoas que repudiam a arrogância e a covardia do presidente Bush, ao sustentar uma guerra que teve muitas faces. A mais notória delas foi, sem dúvida, a superioridade das forças da coalizão frente ao exército iraquiano. A começar pela utilização de equipamentos e de armas de grande poder de destruição, como nunca antes visto. Por este ponto de vista, na verdade, não houve guerra. O que houve foi um massacre aos iraquianos.

Massacre esse que se comprovou diante das câmeras de televisão do mundo inteiro,

mostrando a violação e o desrespeito à população e atingindo, sobretudo, os mais vulneráveis: as mulheres e as crianças. Por outro lado, se errou na estratégia de ataque, ao atingir áreas residenciais e até supermercados, matando e ferindo centenas de iraquianos, a guerra de Bush estabeleceu o caos no Iraque.

Mais do que um desrespeito à ordem jurídica internacional, o massacre dos EUA contra o povo iraquiano é um



Mulheres e crianças, principais vítimas da truculência americana no Iraque

desrespeito à vida. Pior é saber que isto pode continuar: governos de vários países e a própria ONU estão convencidos de que Bush não se deu por satisfeito. A Síria e o Irã podem ser as próximas vítimas da ganância econômica e da arrogância norte-americana.

## ACIDENTE DE TRABALHO

### O que mudou com o novo Código Civil

Formado por 2.046 artigos que tratam de vários aspectos da vida civil dos brasileiros, o novo Código entrou em vigor no dia 11 de fevereiro último, após 27 anos de tramitação no Congresso Nacional. Juristas de renome consideram que o novo texto introduz mudanças importantes, mas alguns pontos geram polêmicas.

Um deles é o novo prazo de prescrição dos pedidos de indenização por acidente de trabalho. Pela lei anterior, o trabalhador tinha um prazo de 20 anos (depois que saísse da empresa) para entrar na Justiça com pedido de indenização em função de doenças adquiridas no trabalho ou por seqüelas resultantes de acidente de trabalho.

Com o Novo Código esse prazo caiu para 3 anos, com uma diferença: é contado a partir da ocorrência do acidente e não da data da rescisão contratual. "Isto pode representar perdas para um número grande de trabalhadores", conforme explica a advogada Miriam Peres, assessora jurídica

do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão. Segundo ela, o novo Código não faz referência aos trabalhadores que há vários anos sofrem de algum tipo de doença adquirida no trabalho, continuam trabalhando e não entraram com o pedido de indenização. Para Miriam, o que vai acontecer é que os tribunais é que vão acabar decidindo esta questão.

**Podia ser melhor** – Há dois tipos de acidentes de trabalho: o típico (que são os acidentes comuns) e os atípicos (que são as doenças ocupacionais). Neste segundo caso, a mais conhecida é a LER/DORT, muito comum entre trabalhadores que desenvolvem atividades repetitivas, como os bancários (principalmente os caixas e os digitadores).

Para o advogado Marcelo Montanha, diretor do Pactu em Umuarama, a mudança em relação ao prazo de prescrição é das mais importantes e precisa ser melhor analisada. Segundo ele, há uma orientação do Ministério Público do

Paraná para que, no caso dos trabalhadores acometidos por alguma doença há menos de 10 anos, seja obedecido o prazo de 3 anos a partir da data da promulgação do novo Código Civil. Já para aqueles que adquiriram a doença ou foram acidentados com algum tipo de seqüela há mais de 10 anos, fica assegurado o prazo de 20 anos (a partir da promulgação da nova lei) para pedir a indenização.

No entanto, para Montanha, nesse item a mudança foi inoportuna. Ele considera imprescindível assegurar o prazo de 20 anos para ambos os casos. A opinião é compartilhada com o advogado e diretor do Seeb Paranavaí, Osmar Moreira. Especialista em Direito Civil, ele aprovou as mudanças afirmando que o Código Civil "evoluiu bastante". Mas um dos pontos criticados por Moreira foi a mudança no prazo de prescrição de dívidas, que cai de 5 anos para 3 anos. "Foi um retrocesso, pois quem deve tem de pagar", analisa.

## CPI revela desmandos no Banestado

A cada depoimento feito à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades na administração do Banestado, comprovam-se denúncias que o movimento sindical vinha apresentando, muito tempo antes da privatização do banco. A CPI e o Ministério Público descobriram 792 operações irregulares envolvendo o Banestado, todas de conhecimento do Banco Central e baseadas em documentos. São ações como a concessão de créditos sem garantias, seletividade sem levar em conta os riscos para a instituição, concessão de descontos sobre o saldo devedor e, ainda, de liquidação de operações de crédito por recebimento de bens ou direitos creditórios sem liquidez. Tudo isso ajudou a afundar o Banestado. A CPI já aprovou a quebra do sigilo bancário de 11 empresas que mantinham negociações com o banco, na época em que a instituição ainda era estatal. De acordo com o que foi levantado até agora, ocorreram 52 operações que movimentaram cerca de R\$ 52 milhões envolvendo essas empresas. Segundo membros da CPI, há fortes indícios de irregularidades nessas ações, que ocorreram entre os anos de 1993 e 1998. Se comprovadas as suspeitas de fraudes, a CPI poderá pedir o indiciamento de ex-diretores do banco. A CPI começou a trabalhar no dia 24 de março e, desde então, já ouviu vários ex-assessores e ex-diretores do Banestado. Também está colhendo depoimentos de gerentes de divisões que trabalharam no período de 1995 a 2000. A Comissão já ouviu também Zinara Marcet de Andrade, que representava os funcionários no Conselho de Administração do banco e que teve uma participação fundamental no processo de denúncias de irregularidades, algumas sob investigação. Apesar do pouco tempo de trabalho, a CPI já concluiu o que os sindicatos de bancários da CUT no Paraná já sabiam: não havia necessidade de privatizar o Banestado. Muita sujeira ainda deve vir a público até o final das investigações.

## CPI DA COPEL

A Comissão de Inquérito que investiga transações fraudulentas envolvendo a Copel continua ouvindo depoimentos. Um dos últimos a depor foi o representante da massa falida da empresa Óleos Vegetais do Paraná (Olvepar), advogado Antônio Carlos Brasil Pieruccini. A investigação envolve a compra de créditos de ICMS da Olvepar pela Copel, no valor de R\$ 107 milhões, dos quais R\$ 39,6 milhões teriam sido pagos indevidamente a Pieruccini, em dezembro do ano passado. A denúncia foi feita pelo Ministério Público Estadual em duas ações – uma cível e outra criminal – que estão tramitando na Justiça. Os processos são contra o ex-presidente da Copel, Ingo Hubert, e outras sete pessoas, entre elas Pieruccini. A CPI considerou o silêncio do advogado como um sinal de culpa.

# Imposto Sindical é ruim e é compulsório

No mês de março, os bancários, e todos os trabalhadores contratados com carteira assinada, em todo o Brasil, sofreram mais uma vez o desconto do famigerado Imposto Sindical.

Este documento, equivalente a um dia de trabalho, está previsto na Constituição e existe desde 1937. O Imposto Sindical foi criado durante a ditadura de Getúlio Vargas, com o objetivo de "financiar a estrutura sindical". O valor descontado é distribuído da seguinte forma: 20% para o Ministério do Trabalho, 15% para as Confederações, 5% para as Federações, 5% para a Caixa Econômica Federal e 54% para os sindicatos.

Na prática, o Imposto Sindical tem servido para garantir a sobrevivência de sindicatos e federações sem ação sindical, muitas vezes corrompidos pelos patrões, e que ainda se beneficiam de outras cobranças compulsórias, tais como Taxa Confederativa e Desconto Assistencial.

Sempre é bom lembrar que a CUT,

desde a sua fundação há quase 20 anos, é contra o Imposto Sindical. Sua proposta é de que os sindicatos sobrevivam exclusivamente da mensalidade daqueles que livremente se sindicalizam e de uma outra taxa de contratação, cobrada por ocasião da assinatura de acordos coletivos, desde que aprovadas em assembleias com ampla participação dos trabalhadores.

Augusto Coelho



Para João Felício, presidente da CUT, é necessário uma reforma na organização sindical, que proíba a cobrança da Taxa Compulsória

**O imposto sindical foi uma imposição da ditadura de Vargas**

## Fetec e Sindicatos lançam campanha de sindicalização

Nas próximas semanas, a Fetec, em conjunto com os sindicatos de bancários da CUT no Paraná, estará lançando uma campanha de sindicalização. Dirigido a todos os bancários e bancárias, mas em especial aqueles que entraram na categoria mais recentemente, o material de divulgação da campanha lembrará as lutas empreendidas para a conquista de importantes benefícios, tais como jornada de seis horas, auxílio refeição e alimentação, e reajuste de salário. Embora os sindicatos do Pactu já tenham um alto índice de sindicalização, estarão participando da campanha, que tem o objetivo de fortalecer política e economicamente as entidades de defesa dos trabalhadores do ramo financeiro.

## Lula retira projeto de flexibilização da CLT

O governo Lula encaminhou no último dia 10 uma mensagem retirando do Congresso Nacional o projeto que flexibiliza as relações de trabalho. O projeto foi encaminhado à Câmara em 2001 por FHC, alterando a redação do artigo 618 da CLT, permitindo que os acordos coletivos negociados entre patrões e empregados prevaleçam sobre a lei. O projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados e encontrou forte oposição do movimento sindical, que não permitiu que a proposição fosse aprovada na Comissão de Trabalho. Ou seja, a matéria foi aprovada no plenário sem o parecer da principal comissão de mérito da Câmara. Com a indicação do ex-deputado Jaques Wagner (PT/BA) para o ministro do Trabalho e Emprego, o governo já havia sinalizado que iria em breve retirar o projeto. A decisão faz com que o projeto seja definitivamente arquivado. Trata-se de uma grande vitória do movimento sindical e uma demonstração de coerência do governo federal que foi eleito para construir as mudanças anunciadas nas eleições.

## Congresso da CUT-Paraná



Os sindicatos do Pactu participarão das discussões no Congresso da CUT-PR

Será realizado, de 01 a 04 de maio próximo, o 9º Congresso Estadual da CUT-Paraná. Nesse evento, aproximadamente 400 delegados irão fazer um balanço da atuação da atual gestão. Farão também uma avaliação das conjunturas políticas e sociais no Paraná e analisarão as perspectivas dessas conjunturas para os próximos três anos. O Congresso também elegerá a próxima direção da CUT Estadual, bem como elegerá as prioridades a serem enfrentadas na próxima gestão. Do Pactu estarão participando como delegados Mirna Loi, de Campo Mourão; Neil Emídio Junior, de Paranavaí; Lúcia Brentano Vogt, de Toledo; Edilson José Gabriel e Juraci Batista de Araújo, ambos de Umuarama.

# Cooperativa de Crédito é Banco?

**S**im e não. É banco quando presta os mesmos serviços que o Bradesco, por exemplo, cobrando inclusive juros e tarifas bem parecidos. E ainda leva vantagem quando atende do pequeno cotista a grandes empresas, sem a necessidade de efetuar depósitos compulsórios das suas captações financeiras. Leva vantagem também ao não cumprir o mesmo acordo das categorias bancárias ou financeiras do Brasil. Essas recebem salários e benefícios nas áreas de saúde, educação e alimentação, que não existem nas cooperativas que funcionam como banco. Na nossa região, podemos citar o exemplo da Sicredi.

A cooperativa de crédito não é um banco quando atende especificamente uma determinada categoria profissional ou produtora, cobrando juros baixíssimos e tarifas zero, e destinando o resultado do lucro através de assembléia dos cooperados. Geralmente os cooperados preferem deixar a sua parte na cooperativa, transformando-a em cotas. Exemplo desse tipo de cooperativa é a Cresol, de Francisco Beltrão, que atende o pequeno produtor com no máximo 30 alqueires que não tenha empregado na propriedade, ou seja, atende a agricultura familiar. Os juros variam de 1,8% para investimentos a 3,8% para crédito pessoal. Outro exemplo de cooperativa de crédito que não é banco é a cooperativa de crédito dos bancários de São Paulo, administrada pela direção do Seeb SP/CUT.

Nessa, o empréstimo para o cooperado tem juros de 2,5% mais TR e o resultado financeiro geralmente é destinado a instituições



**Sicredi: parece cooperativa, mas é banco**

**Na base do Pactuingá, a Sicredi e a Sicoob são exemplos de cooperativa que são bancos...**

de caridade. Na base do Pactu crescem as cooperativas de crédito que são bancos (entre elas a Sicredi e a Sicoob), talvez ocupando um vácuo do Banestado. Para os sindicatos do Pactu, o crescimento é um dado positivo. Negativo é o fato dos trabalhadores dessas cooperativas não serem enquadrados como bancários. A

Fetec e os sindicatos de bancários da CUT no Paraná trabalham, junto com o Ministério Público, no sentido de que a Justiça venha reconhecer os direitos desses trabalhadores como bancários.

Alguns sindicatos do Pactu têm assinado acordo de PLR, o que não é ruim. O bom mesmo é que esses trabalhadores, que fazem tudo o que os bancários fazem, tenham seus direitos reconhecidos, inclusive de se associarem aos sindicatos da categoria bancária.

## Lula defende a cooperativa solidária

Em sua recente visita ao Noroeste do Paraná, o presidente Lula, em discurso, reafirmou o que disse em campanha que, em seu governo, "vai apoiar e precisar da agricultura empresarial". Mas vai apoiar também as pequenas cooperativas solidárias. Citou, por exemplo, as que trabalham com a agricultura familiar. Na avaliação do presidente, esse tipo de cooperativa, além de gerar trabalho, vai fazer com que aconteça uma revolução alimentar no Brasil.